

**3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTICC**

**1. Identificação da reunião**

Data	Horário			Local	Coordenação	
12/06/2024	Início:	14:00	Término:	18:00	Auditório da CGU	SE-CGU

**2. Pauta**

ABERTURA

1ª RODADA DE INFORMES

RELATÓRIOS DAS AÇÕES DE 2023

FÓRUM INTERCONSELHOS 2024

G20

AÇÕES DE TRANSPARÊNCIA DO PAC

POLÍTICA DE INTEGRIDADE E ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO

COMITÊ EXTRAORDINÁRIO DA CGU PARA ENFRENTAMENTO À CALAMIDADE PÚBLICA DO RS

2ª RODADA DE INFORMES

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE CORREGEDORIAS

TRANSPARÊNCIA DE AGÊNCIAS REGULATÓRIAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

CAPACIDADE OPERACIONAL DA CGU E REPOSIÇÃO DE SERVIDORES

ENCERRAMENTO

**3. Participantes**

MEMBROS DO CONSELHO		
Órgão/Entidade	Nome	Condição
ABRAJI	KATIA BREMBATTI	Titular
ABRIG	CAROLINA VENUTO	Titular
ABRIG	JEAN CARLO DE CASTRO	Suplente
AGENDA PÚBLICA	SERGIO ANDRADE	Titular
AGU	DIOGO LUIZ DA SILVA	Titular
ARTIGO 19	ANDRÉ GALEGO BOSELLI	Suplente
ARTIGO 19	PAULO JOSÉ LARA	Titular
CASA CIVIL	MARICY VALLETTA	Titular
CEDRA	CRISTINA LOPES DA SILVA	Titular
CFEMEA	GUACIRA CÉSAR DE OLIVEIRA	Titular
CNI	CESAR CARLOS WANDERLEY GALIZA	Suplente
CNI	HAVILÁ DA NÓBREGA OLIVEIRA	Titular

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	KENARIK BOUJIKIAN	Suplente
CONACI	LUIS AUGUSTO PEIXOTO ROCHA	Suplente
CONNECTAS	CAMILA ASANO	Titular
FGV - ESCOLA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO	RAFAEL RODRIGUES VIEGAS	Suplente
FGV - FACULDADE DE DIREITO	RAQUEL DE MATTOS PIMENTA	Titular
FIQUEM SABENDO	BRUNO SCHIMITT MORASSUTTI	Titular
IBGC	RENAN PERONDI	Suplente
IBPT	CRISTIANO LISBOA YAZBEK	Suplente
INESC	JOSE ANTONIO MORONI	Titular
INSTITUTO ETHOS	CAIO MAGRI	Titular
MDIC	JOÃO GABRIEL MIRANDA ALVES PEREIRA	Titular
MGI	FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BESSA	Titular
MINISTÉRIO DA FAZENDA	DANY ANDREY SECCO	Titular
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	PATRICIA ALVARES DE AZEVEDO OLIVEIRA	Titular
MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	SÉRGIO NOGUEIRA SEABRA	Titular
OAB	KELLY OLIVEIRA DE ARÁUJO	Titular
OPEN KNOWLEDGE BRASIL	HAYDEE SVAB	Titular
OXFAM	MAITÊ GAUTO	Titular
SEBRAE	GABRIEL NOGUEIRA PORTELLA NUNES PINTO BRAVO	Suplente
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	USIEL RIOS	Titular
SGPR	MÁRCIO ANDRÉ DE GÓIS	Suplente
TRANSPARÊNCIA BRASIL	JULIANA SAKAI	Titular
TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL	BRUNO ANDRADE BRANDÃO	Titular

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL	RENATO MORGADO	Suplente
UDESC - GRUPO DE PESQUISA POLITEIA	PAULA CHIES SCHOMMER	Titular
UNACON SINDICAL	ELAINE NIEHUES FAUSTINO	Titular
UNB	GRAZIELA DIAS TEIXEIRA	Suplente
UNB	SUYLAN MIDLEJ	Titular
USP - FACULDADE DE DIREITO	SHEILA NEDER CERZETTI	Titular
OUTROS PARTICIPANTES		
Órgão/Entidade	Nome	Condição
ABRIG	FRANCINE MOOR	Representante
CASA CIVIL	ROBERTO GARIBE	Palestrante convidado
IBPT	PRISCILA DIAS	Convidada GT3 e GT4
MGI	DILSON GONZAGA	Convidado GT3
SEBRAE	RAFAEL FERNANDES	Representante
TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL	JOHANNA NUBLAT	Representante
UNB	VITÓRIA ALVES	Representante
AUTORIDADES E SERVIDORES DA CGU		
Área	Nome	Cargo
GABINETE DO MINISTRO	FELIPE MOREIRA DE CARVALHO	Assessor
	FLÁVIO PROL	Chefe de Gabinete
	IAGÊ ZENDRON MIOLA	Assessor Especial
	ROBERTA GUERRA HOLDER	Assessora Especial - Substituta
SECRETARIA-EXECUTIVA	EVELINE BRITO	Secretária-Executiva
	FABIO FELIX CUNHA DA SILVA	Chefe de Gabinete
	KAREN DANIELE PIMENTEL	Coordenadora
	DANIEL MOL	Chefe de Assessoria
CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO - CRG	CARLA COTTA	Diretora
	DÉBORA QUEIROZ	Chefe de Gabinete
OUVIDORIA-GERAL DA UNIÃO - OGU	RODRIGO LOFRANO ALVES DOS SANTOS	Diretor
SEC. DE INTEGRIDADE PRIVADA - SIPRI	CRISTINE KOHLER GANZENMULLER	Diretora

	LUIZ HENRIQUE PANDOLFI MIRANDA	Diretor
	JOSÉ TRINDADE MONTEIRO NETO	Coordenador
SEC. DE INTEGRIDADE PÚBLICA - SIP	OTÁVIO CASTRO NEVES	Diretor
	MELISSA MACHADO DE MORAES	Diretora
	PRISCILLA HAUEISEN DIAS RUAS	Analista Técnica em Políticas Sociais
SEC. FEDERAL DE CONTROLE INTERNO - SFC	RONALD BALBE	Secretário
	HENRIQUE ANDRADE	Chefe de Gabinete
	ALEXANDRE FERREIRA DE MACEDO	Coordenador
SECRETARIA NACIONAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO - SNAI	ANA TÚLIA DE MACEDO	Secretária
	FERNANDA MONTENEGRO CALADO	Chefe de Gabinete
	KARLA CAMILA MENEZES VIEIRA	Chefe
	TAMARA BAKUZIS	Coordenadora-Geral
<b>EQUIPE DE APOIO</b>		
<b>Área</b>	<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
SECRETARIA-EXECUTIVA DO CTICC	IASMIN LEIROS	Apoio de Gabinete

#### 4. Ausências

Órgão/Entidade	Nome	Justificada	Compareceu suplente/representante
ABONG	JULIANE CINTRA DE OLIVEIRA	Não	Não
ARTIGO 19	PAULO JOSÉ LARA	Sim	Sim
CASA CIVIL	MARICY VALLETTA	Sim	Não
CFEMEA	GUACIRA CESAR	Sim	Não
CISSET PR	MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO	Sim	Sim
CNI	HAVILÁ DA NÓBREGA OLIVEIRA	Sim	Sim
CONACI	EDMAR CAMATA	Sim	Sim
CONNECTAS	CAMILA LISSA ASANO	Sim	Não

FGV	FERNANDO LUIZ ABRUCIO	Sim	Sim
FÓRUM DE EMPRESAS E DIREITOS LGBTIA+	REINALDO BULGARELLI	Sim	Não
IBGC	VALÉRIA CAFÉ	Sim	Sim
IBPT	GILBERTO LUIZ DO AMARAL	Sim	Sim
MJSP	JEAN KEIJI UEMA	Não	Não
PACTO GLOBAL	CARLO LINKEVIEIUS PEREIRA	Sim	Sim
SEBRAE	DÉCIO NERY DE LIMA	Sim	Sim
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	USIEL RIOS	Sim	Sim
UFMG	LEONARDO AVRITZER	Sim	Não

## 5. Reunião

### 5.1 Abertura

Comentário	Membro
O Ministro iniciou a reunião, agradecendo a participação de todos. Destacou a evolução da agenda de enfrentamento à corrupção e a reestruturação do CTICC e das coordenações dos GTs do Conselho, compartilhadas entre a CGU e a sociedade civil. Mencionou o papel do conselho na agenda do G20 e a integração do Brasil na Parceria para Governo Aberto. Apresentou Eveline Brito como a nova Secretária Executiva da CGU, destacando sua experiência e trajetória na CGU.	Vinícius de Carvalho (Ministro da CGU e Presidente do CTICC)

### 5.2 Desenvolvimento da pauta

Comentário	Membro
Agradeceu ao Ministro e à Eveline, cumprimentou os presentes, apresentou a <b>programação da 3ª Reunião Ordinária e iniciou a primeira rodada de informes</b> . Tratou do <b>relatório de 2023</b> do CTICC	Fábio Félix (Chefe de Gabinete da SE-CGU)

<p>e informou sobre o <b>fórum Interconselhos</b>, com destaque para os participantes que representarão o CTICC.</p>	
<p>Explicou sobre a <b>participação do CTICC no G20</b> com apresentação de contribuições para a prioridade 1. Esclareceu que estão recebendo e processando as contribuições das diversas delegações para a produção dos <i>princípios de alto nível</i>. Apresentou a agenda do Grupo de Trabalho Anticorrupção (GTAC). No segundo encontro, que ocorrerá em junho, informou que será apresentada uma primeira versão do <i>background paper</i>. Em outubro haverá o terceiro encontro, com validação da declaração interministerial em alinhamento com o <i>background paper</i>, a ser apresentada na Reunião Ministerial de 24/10.</p>	<p>Melissa Machado de Moraes (Diretora de Estudos e Desenvolvimento da Integridade Pública – CGU)</p>
<p>Apresentou as <b>Ações de transparência do PAC</b>, em especial o portal do PAC, esclarecendo sua estrutura e conteúdo. Ressaltou que o PAC é um esforço governamental crucial para o investimento nacional e destacou a importância do programa. Destacou a coordenação e o monitoramento do PAC pela Casa Civil, abordando a divisão do orçamento e a inclusão de iniciativas privadas. Também mencionou a criação de comitês como o C-PAC e o Qualifica PAC para a reindustrialização e formação de mão de obra, enfatizando a transição ecológica e a reestruturação do PAC com medidas institucionais para setores estratégicos, finalizando com um agradecimento pelo convite e se colocando à disposição para perguntas.</p>	<p>Roberto Garibe (Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento – CASA CIVIL)</p>
<p>Agradeceu o reconhecimento da transparência das obras do PAC. Afirmou que o Estado deveria atuar como um indutor vinculado a um plano nacional de desenvolvimento. Questionou o impacto das emendas parlamentares e tematizou a consulta às comunidades em obras, citando a Convenção nº 169 da OIT. Ressaltou a importância de ouvir as comunidades.</p>	<p>José Antônio Moroni (INESC)</p>
<p>Agradeceu a apresentação das medidas de desburocratização, destacando a eficiência nos processos e a necessidade de manter a transparência. Sugeriu maior especificidade na categorização das ações do PAC e a identificação dos responsáveis por cada ação. Ressaltou a importância de categorizar projetos paralisados para promover controle social e transparência. Agradeceu a oportunidade de discutir esses pontos.</p>	<p>Francisco Bessa (MGI)</p>

<p>Ressaltou a importância de prestar contas sobre grandes esforços institucionais. Destacou a necessidade de manter sites informativos atualizados e permanentes, mesmo após mudanças de governo, para garantir transparência sobre obras e medidas do PAC. Sugeriu integrar informações no Portal da Transparência da CGU e abordar a questão do estoque de projetos anteriores. Afirmou a necessidade de divulgação de pareceres jurídicos e técnicos que fundamentam decisões, defendendo maior transparência jurídica. Por fim, enfatizou a importância de um diálogo institucional para centralizar e compartilhar informações de diferentes fontes em um único portal.</p>	<p>Bruno Morassutti (Fiquem Sabendo)</p>
<p>Parabenizou os avanços no G20 e PAC, solicitando uma devolutiva das sugestões do Conselho sobre o G20. Sobre o PAC, destacou a necessidade de controle em ano eleitoral, especialmente para o PAC Cidades, e pediu detalhes sobre os mecanismos de seleção de projetos. Enfatizou a importância da transparência em licitações e contratos, sugerindo a centralização dessas informações no Portal da Transparência. Solicitou que a CGU informe o conselho sobre o status das discussões do grupo antissuborno da OCDE.</p>	<p>Bruno Brandão (Transparência Internacional)</p>
<p>Destacou a importância de debater as prioridades do governo brasileiro e a reforma da governança global, propondo um espaço no Conselho para essa discussão. Sobre o PAC, enfatizou a necessidade de uma devida diligência socioambiental nas obras, com canais de denúncia e consultas prévias. Sugeriu destacar o plano de transformação ecológica como direcionador estratégico. Também mencionou a necessidade de transparência nas razões de atrasos nos projetos, propondo um sistema de legendas detalhadas para medidas protelatórias.</p>	<p>Caio Magri (Instituto Ethos)</p>
<p>Pontuou a necessidade de transparência na priorização das localidades para receber recursos, questionando como os estudos técnicos embasaram essas decisões. Especificamente, mencionou a preocupação com a distribuição de recursos, incluindo emendas parlamentares, e o impacto das mudanças na lei de licitações. Enfatizou a importância de transparência nos repasses, especialmente em relação às “emendas pix”, e sugeriu que o Portal Nacional de Contratações Públicas incluísse uma <i>tag</i> para recursos do PAC, facilitando o acesso às informações sobre contratações e beneficiários.</p>	<p>Juliana Sakai (Transparência Brasil)</p>

<p>Questionou se o Conselho seria o fórum adequado para incorporar sugestões para ampliar a transparência, sugerindo incluir isso como compromisso e explorar conexões com grupos de trabalho de governo aberto e integridade. Enfatizou a importância de monitorar essas iniciativas para servir de referência também para outros países, visando melhorar transparência e controle na infraestrutura, conforme desafios do Brasil na OGP e no G20.</p>	<p>Paula Schommer (UDESC – Grupo de Pesquisa Politeia)</p>
<p>Destacou o cronograma acordado em março e o intenso trabalho dos grupos em abril na formulação das contribuições, lidando com uma diversidade de percepções. Adaptaram prazos para receber contribuições até 10 de maio e receberam também inputs de outros grupos e organizações internacionais. Enfatizou a complexidade e o volume de informações consideradas além da pauta habitual na formulação da nota conceitual. Reiterou o compromisso de retornar com uma sinalização até o final de julho.</p>	<p>Melissa Machado de Moraes</p>
<p>Explicou que o PAC estabeleceu canais para organizar sugestões tanto pelos critérios de seleção quanto pelos canais de comunicação com o Congresso Nacional. Destacou que o planejamento inicial do PAC abrangeu todos os planos setoriais, como energia e infraestrutura, discutindo prioritariamente essas áreas. Reconheceu que os PACs anteriores reorganizaram os circuitos de planejamento do país ao longo dos últimos 25 anos, enfatizando a evolução na transparência das informações apresentadas no site e o aumento da confiança pública nos mecanismos de monitoramento implementados. Agradeceu a parceria com a CGU e o estabelecimento do comitê como um espaço importante para debates futuros.</p>	<p>Roberto Garibe</p>
<p>Esclareceu que a reunião do grupo de trabalho antissuborno da OCDE está em curso até 14/06/24 e propôs enviar um informe ao Conselho após a sua conclusão. Destacou sobre a necessidade de estruturar a política de enfrentamento à corrupção no Brasil. Mencionou que diversos países, como o México, Estados Unidos, Reino Unido e Chile, elaboraram planos, cada um com abordagens distintas. Informou ao Conselho sobre a criação de um plano no Brasil com participação do CTICC como uma via significativa de envolvimento social. Explicou que o combate à corrupção requer uma abordagem multifacetada, envolvendo controle social, redução da discricionariedade e enfrentamento à impunidade. Descreveu os quatro eixos do plano e destacou a importância do plano abranger toda a administração</p>	<p>Vinícius de Carvalho</p>



<p>federal, não sendo apenas um esforço da CGU, mas envolvendo todo o governo.</p>	
<p>Enfatizou a importância da interação contínua com o conselho para a construção de um plano estratégico. Delineou os quatro eixos principais: i) controle da qualidade do gasto público, ii) integridade na relação Estado-setor privado, iii) transparência e governo aberto, e iv) prevenção e combate à corrupção. Destacou que o diálogo já iniciado no governo visa consolidar objetivos estratégicos e ações. A CGU coordena a proposta, integrando sugestões de Ministérios e entidades. O plano busca priorizar áreas-chave para promover a integridade na administração pública, alinhando medidas preventivas, de transparência e de combate à corrupção</p>	<p>Iagê Miola (Assessor Especial – GM/CGU)</p>
<p>Parabenizou pela iniciativa, expressando a falta que um plano de combate à corrupção integrado ao qual o conselho pudesse contribuir estava sendo sentida. Levantou uma dúvida específica sobre a possibilidade de incluir dois eixos no plano, visando ações que abrangem diferentes áreas. Também questionou sobre a estruturação orçamentária dessas ações em conjunto com os Ministérios, buscando entender os detalhes operacionais e o planejamento futuro.</p>	<p>Juliana Sakai</p>
<p>Manifestou preocupação com a recepção de documentos extensos por e-mail, ressaltando que muitos membros não tiveram tempo suficiente para revisá-los adequadamente. Questionou a eficácia dos grupos de trabalho (GTs) existentes e se estavam estruturados de maneira adequada para atender às demandas atuais. Outro ponto levantado foi o paradigma emergente de corresponsabilidade no combate à corrupção, enfatizando a importância da CGU como fiscalizador do governo federal. Propôs inscrições de organizações para discussões com a CGU, visando envolver a base social e empresarial no diálogo sobre integridade. Destacou a necessidade de ampliar o foco da política de integridade para incluir não apenas o setor empresarial, mas também as organizações sem fins lucrativos que recebem recursos públicos, mencionando emendas recentes à Lei Pelé como exemplo de regulamentação necessária.</p>	<p>Caio Magri</p>

<p>Questionou se haveria algum tipo de métrica para atribuir responsabilidades aos Ministérios e outros agentes além da CGU, considerando que algumas ações seriam binárias (atendidas ou não) e outras poderiam ter uma graduação de atendimento. Sugeriu a inclusão de sugestões de acompanhamento no próprio formulário, refletindo sobre a eficácia desse processo.</p>	<p>Raquel Pimenta (FGV – Direito)</p>
<p>Demonstrou interesse da Fiquem Sabendo no tema do GT de integridade, e expressou frustração com as respostas genéricas recebidas dos Ministérios em relação aos pedidos de acesso à informação, sugerindo falhas no fluxo de informações. Alertou para a falta de transparência na divulgação de punições a agentes das Forças Armadas e empregados de estatais, destacando a necessidade urgente de um plano de integridade que unificasse essas informações. Também enfatizou a importância de reconsiderar o sigilo comercial para garantir transparência em benefícios fiscais e renúncias. Além disso, propôs uma avaliação mais rigorosa dos fundos públicos e maior transparência nas nomeações de altas autoridades e em outros poderes, citando decisões recentes do Tribunal de Contas da União como exemplo de necessidade de melhorias nesse sentido.</p>	<p>Bruno Morassutti</p>
<p>Questionou se a política sobre qualidade do gasto e redução do desperdício consideraria o desvio de finalidade. Indagou se o investimento direcionado estava cumprindo os objetivos estabelecidos na política ou se, apesar da conformidade procedimental, a finalidade não estava sendo alcançada.</p>	<p>Maitê Gauto (Oxfam Brasil)</p>
<p>Mencionou que haveria uma coleta de sugestões de ações pelos membros do CTICC para execução pelos órgãos federais. Ressaltou a importância dos planos de integridade dos Ministérios, submetidos a uma governança interna, e explicou que as ações propostas pelo CTICC precisariam passar por um processo de encaminhamento junto aos órgãos responsáveis, respeitando as dinâmicas de governança existentes.</p>	<p>Francisco Bessa (MGI)</p>
<p>Parabenizou a iniciativa do plano contra a corrupção, inicialmente proposto no Conselho. Considerou positivo o impacto da abordagem pública do governo às ações anticorrupção, esperando que o processo de consulta promova um debate construtivo na sociedade. Pontuou a importância do lançamento do plano e início da consulta</p>	<p>Bruno Brandão</p>

<p>como significativos para uma abordagem construtiva. Também destacou a importância da experiência internacional e dos aprendizados com fracassos em iniciativas similares, expressando interesse em contribuir com o método de implementação. Finalmente, agradeceu o compromisso de compartilhar informações sobre a reunião e solicitou atualizações sobre o processo de renegociação das multas, crucial para o trabalho do conselho.</p>	
<p>Identificou um desafio metodológico na consulta sobre o plano, onde os temas dos grupos de trabalho não necessariamente abrangem todos os aspectos dos eixos prioritários do plano proposto. Observou que cada grupo de trabalho tem limitações específicas, como no GT de governo aberto, onde não se discute investigação de corrupção. Propôs integrar os objetivos estratégicos do plano com a estrutura dos grupos de trabalho, sugerindo uma consulta adicional à sociedade civil para abranger todos os temas de forma completa. Além disso, destacou a necessidade de um planejamento integrado entre o Conselho e o plano de combate à corrupção, para evitar fragmentação e garantir que ambos os esforços estejam alinhados nos próximos anos.</p>	<p>Renato Morgado (Transparência Internacional)</p>
<p>Levantou a questão das temporalidades das sugestões, que são direcionadas para ações a serem realizadas ao longo de um período de um a três anos. Questionou a conexão entre a política nacional de integridade deste governo e as ações mais amplas de outros poderes e entes federativos no combate à corrupção, mencionando a ENCCLA e outros órgãos como exemplos. Expressou dúvidas sobre como essas iniciativas se integram com o plano do governo para os próximos três anos, destacando a importância de alinhar esses esforços para garantir uma abordagem coordenada e eficaz no enfrentamento à corrupção.</p>	<p>Paula Schommer</p>
<p>Em resposta à fala de Bruno Morassutti, pediu desculpas pelo possível atraso na resposta ao pedido da CGU sobre a Lei de Acesso à Informação aos Ministérios. Explicou que, inicialmente, o foco do Conselho era mais voltado para ouvir as demandas da sociedade civil do que para propor ações concretas. Posteriormente, os Ministérios apresentaram propostas alinhadas com seus planos internos de integridade, visando atender aos anseios da sociedade civil. Destacou a importância de integrar essas propostas com a lógica do CTICC e de avaliar quais ações podem ser implementadas efetivamente, considerando as limitações operacionais.</p>	<p>Patrícia de Oliveira (MPOG)</p>

<p>Ressaltou a conceituação de corrupção relacionada ao abuso de poder, enfatizando que apenas quem detém poder pode ser corrompido ou corromper. Destacou a importância do painel de alocação das emendas parlamentares. Ratificou a fala de Paula Schommer sobre a necessidade de uma política nacional de integridade que inclua todos os entes federados e poderes. Enfatizou a importância de revisar o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), destacando que muitos recursos estão sendo repassados para organizações que, embora sejam chamadas de sociedade civil, não se enquadram nos critérios definidos pelo MROSC. Argumentou que esses recursos deveriam estar alinhados com objetivos públicos claros e que essa questão deve ser considerada dentro do plano de integridade em discussão.</p>	<p>José Antônio Moroni</p>
<p>Expressou a importância de melhorar a comunicação entre os membros do governo e da sociedade civil dentro do Conselho, destacando a necessidade de um diálogo mais direto e transparente, tendo em vista que o CTICC não é o Conselho de Transparência da CGU, mas sim do Poder Executivo Federal, sugerindo que uma comunicação mais eficiente poderia evitar surpresas e permitir contribuições mais significativas dos membros da sociedade civil. Levantou a questão da transparência dos beneficiários finais de pessoas jurídicas, defendendo a divulgação dessas informações para melhorar o rastreamento de recursos e garantir maior accountability.</p>	<p>Bruno Morassutti</p>
<p>Agradeceu pelas reações, comentários e sugestões recebidas, destacando sua pertinência. Comprometeu-se a avaliar internamente o prazo mencionado, a fim de disponibilizar os formulários necessários para ajustes internos até o final da semana. Em relação à metodologia, discutiu-se a governança das ações propostas pelos ministérios, enfatizando que estes seriam responsáveis pelo monitoramento e prestação de contas. Destacou-se a flexibilidade dos grupos de trabalho para propor ações abrangentes e ajustes futuros conforme necessário</p>	<p>Iagê Miola</p>
<p>Falou sobre o Comitê Extraordinário da CGU para enfrentamento da calamidade pública no Rio Grande do Sul. Mencionou o lançamento de portaria interministerial para prorrogar instrumentos de transferência voluntária de recursos da União aos municípios afetados, a criação de um marcador específico no FalaBR para monitorar manifestações relacionadas ao tema, e a Medida Provisória</p>	<p>Karen Pimentel (Coordenadora de Apoio à SE/CGU)</p>

<p>de simplificação de compras públicas. Destacou a página específica no Portal da Transparência para acesso às informações sobre a execução orçamentária dos recursos destinados ao Rio Grande do Sul, além de guias práticos lançados para gestores municipais. Enfatizou a atuação da CGU na assessoria aos municípios de menor capacidade operacional e o suporte aos Ministérios na gestão transparente e eficiente dos recursos.</p>	
<p>Propôs adiantar a apresentação da Corregedoria a fim de otimizar o tempo, informando que caso não houvesse tempo hábil para responder as perguntas durante a reunião, poderiam ser respondidas online permanentemente.</p>	<p>Fábio Félix</p>
<p>Apresentou o Programa de Correição (PROCOR) da CGU, focado em apoiar estados e municípios com legislação similar à federal (Lei 8.112). Esclareceu que o PROCOR promove interação entre entidades, compartilhando experiências e oferecendo capacitações gratuitas, e utiliza o sistema EPAD para gestão eletrônica de processos disciplinares, incluindo um banco de sanções público. Explicou que os dados sobre processos disciplinares são acessíveis através do portal de corregedorias, oferecendo análises detalhadas e eventos como oficinas e encontros anuais, destacando-se o próximo evento em Belo Horizonte em agosto de 2024.</p>	<p>Carla Cotta (Diretora de Articulação, Monitoramento e Supervisão do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal - CRG/CGU)</p>
<p>Ressaltou questões importantes que foram levantadas para o comitê: a possibilidade de transformá-lo em uma metodologia permanente devido à frequência crescente de eventos climáticos e a necessidade de revisar os critérios rigorosos para concessão do auxílio, que incluem exigências excessivas de documentação apesar da disponibilidade de informações no Cadastro Único. Mencionou que esses pontos estão sendo discutidos, especialmente considerando implicações eleitorais e possíveis abusos e que é preciso ter um olhar sobre essa concessão de auxílio.</p>	<p>José Antônio Moroni</p>
<p>Ressaltou a fala de Carla Cotta, enfatizando a importância de punições exemplares para prevenir futuros atos ilícitos, citando o aumento das demissões por casos de assédio como resultado direto desse rigor. Mencionou o evento em que dados da CGU sobre casos de assédio foram valorizados por fornecerem informações que não eram facilmente acessíveis em outros órgãos, pontuando que essa divulgação não apenas fortalece a transparência em estados e municípios, mas também nos órgãos federais, onde a CGU é reconhecida pela sua eficácia na aplicação de punições</p>	<p>Elaine Faustino (UNACON Sindical)</p>

<p>administrativas rápidas, como observado por um procurador recentemente. Destacou, ainda, diante da gama de atribuições, a necessidade de repor os quadros de pessoal.</p>	
<p>Destacou que muitas das sugestões apresentadas na primeira reunião foram implementadas, parabenizando a CGU pelo trabalho célebre realizado e pelos impactos positivos gerados. Perguntou sobre a interação com mecanismos de fomento, como o BNDES e outras instituições executivas, e se houve algum avanço na colaboração com entidades internacionais, como o Banco Mundial e o Banco dos BRICS, que mencionaram estar mobilizando recursos para ajudar. Questionou sobre a publicação de sanções na plataforma da CGU, especificamente se as sanções dos entes subnacionais que utilizam a plataforma também eram tornadas públicas ou se cabia a eles decidir sobre a publicidade dessas informações.</p>	Bruno Morassutti
<p>Esclareceu, quanto à questão de assédios, que as apurações melhoraram com oficinas específicas da CGU, que abrangem o Poder Executivo e entes subnacionais. Ressaltou que as denúncias aumentaram, pois as pessoas acreditam que algo será feito. Informou que dados sobre assédio moral e sexual estão no portal de corregedorias e que a pesquisa de 2023 mostrou que apenas 10% dos casos de corrupção no Poder Executivo Federal, punidos administrativamente, tiveram repercussão no judiciário, evidenciando a eficácia administrativa. Esclareceu que os dados públicos dos processos disciplinares são acessíveis no painel Correição em Dados, incluindo estados e municípios.</p>	Carla Cotta
<p>Informou que a ideia de tornar o comitê permanente, em vez de extraordinário, já estava no radar, seguindo a gestão integradora da Secretária Eveline. Ressaltou que a interação com a sociedade civil destacou a dificuldade de concessão de auxílios, informação que seria considerada pelo comitê. Esclareceu que recursos internacionais de fomento precisariam se tornar públicos federais para serem fiscalizados pela CGU, que, com ajuda da sociedade civil, tentaria monitorar doações diretas ao Rio Grande do Sul.</p>	Karen Pimentel
<p>Destacou a importância de uma estratégia de comunicação e transparência distinta da fiscalização. Sugeriu que, mesmo com as diferenças de esferas, indicar fontes de publicação, como o Banco Mundial, ajudaria na transparência. Ressaltou que, se a CGU e as entidades internacionais colaborassem para encontrar um denominador comum, isso facilitaria a informação para os cidadãos</p>	Bruno Morassutti

sobre a origem dos recursos, mesmo que não envolvesse fiscalização direta.	
Informou que pode ser feita a comunicação com os entes, e explicou que, geralmente, os recursos chegariam ao ente federativo, seja município ou estado, e seriam registrados de acordo com a LRF, dando transparência tanto à entrada dos recursos como receita quanto ao seu uso como despesa. Destacou que poderiam incentivar e comunicar às agências a repassarem essas informações, facilitando o acompanhamento.	Otávio Castro Neves (Diretor de Governo Aberto e Transparência – SIP/CGU)
Informou, quanto aos demais mecanismos de fomento, que também seria pauta da próxima reunião do comitê extraordinário, já incluída na agenda por sugestão.	Karen Pimentel

## 6. Encaminhamentos

Ações	Responsáveis
Devolutiva de informe ao Conselho sobre reunião da OCDE.	Gabinete do Ministro
Prospecção de ações de integridade e enfrentamento da corrupção, em formulário a ser preenchido pelas entidades e órgãos participantes do CTICC.	CTICC e Gabinete do Ministro
Coleta de contribuição coletiva do CTICC para o G20 Social, para apresentação no Fórum Interconselhos 2024, com prazo até 1º de julho de 2024.	CTICC
Disponibilização de informe sobre a capacidade operacional da CGU e reposição de servidores.	SE-CTICC
Disponibilização de informe sobre transparência de agências regulatórias e serviços públicos delegados.	Secretaria de Integridade Pública – SIP/CGU

## 7. Encerramento

A Secretária-Executiva da CGU, Eveline Brito, encerrou a reunião manifestando satisfação pelos resultados alcançados, e mencionou seu total comprometimento com a missão da CGU, se dispondo a tratar de todas as demandas com dedicação. Anunciou

a próxima reunião para 10 de dezembro de 2024, dia que sucede o Dia Internacional Contra a Corrupção, convidando todos a participarem.

#### **8. Documentos e fotos da Reunião**

---

As fotos da reunião e apresentações utilizadas durante a reunião estão disponíveis na pasta do CTICC no Google Drive, acessível pelo link e QR code a seguir:

<https://bit.ly/4bJCFe1>

